



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Convênio 02/2023/2023 - SEDS

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DE
GOIÁS, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE
ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL-SEDS, e a GOIÁS
FOMENTO- AGÊNCIA DE
FOMENTO DE GOIÁS
S.A. mediante as
cláusulas e condições
seguintes:**

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato, representado pela **SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.876.217/0001-71, com sede na Praça Pedro Ludovico Teixeira, N.º 332, Setor Central, nesta Capital, neste ato representada pelo sua titular **WELLINGTON MATOS DE LIMA**, brasileiro, RG: 742239 SSP-DF, inscrito no CPF sob o nº 372.182.201-34, decreto de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado nº 23.516 no dia 22/03/2021, neste ato denominada **CONCEDENTE**, e a **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, economia mista, com sede na Avenida Goiás, esq. c/ rua 01, nº 91, Centro - GOIÂNIA-GO - 74005-010, inscrita no

CNPJ sob o nº 03.918.382/0001-25, doravante denominada **CONVENIENTE**, neste ato representado pelo seu Presidente **EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO**, brasileiro, RG: 509988 SSP-GO, CPF: 122.363.221-00, de acordo com o que consta no Processo Administrativo nº **202310319001144**, ajustam e acordam a celebração do presente **Convênio Nº 02/2023**, consoante disposições das Leis nº 13.019/14, o disposto no artigo 116 da Lei nº 8.666/1993, e no artigo 60 da Lei estadual nº 17.928/12, e Lei Estadual nº 13.533/99, firmado mediante as seguintes cláusulas e condições que as partes aceitam, ratificam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Este Termo de Convênio tem por objeto promover a transferência de recurso para consecução das ações do **Programa Goiás por Elas** para garantir o amparo social e financeiro às mulheres em situação de violência que estejam em vulnerabilidade social e contribuir para romper o ciclo de violência, instituído pela **Lei nº 21.812 de 14 de março de 2023**, Decreto Nº 10.239/2023, e nos termos das disposições do artigo 84, parágrafo único, da Lei nº 13.019/14; 116 da Lei nº 8.666/93; 2º, III e 60 da Lei Estadual nº 17.928/12, e 3º, §1º, da Lei Estadual nº 13.533/99, e seguintes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA GOIÁS POR ELAS:

2.1. São objetivos específicos do Programa Goiás por Elas: fortalecer a mulher em sua necessidade econômica, para a superação dos riscos sociais; desprendê-la do ciclo de violência por dependência econômica; garantir a segurança alimentar da mulher e dos filhos; desenvolver a autonomia financeira; fomentar segurança de renda e melhor qualidade de vida.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS ÓRGÃOS PARTÍCIPIES NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA:

3.1. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDS, em parceria com a Agência de Fomento de Goiás S.A - GOIÁSFOMENTO, concentrará todas as demandas de liberação de recursos à serem encaminhadas à GOIÁSFOMENTO, e atuará na execução das ações que promovam o Programa;

3.2. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, realizará a Gestão Orçamentária e Financeira com Transferência de recursos para os beneficiários via GOIÁSFOMENTO - Competência fixada na Lei nº 20.491/2019, art. 42, inciso I, alínea “d”;

3.3. A Agência de Fomento de Goiás - GOIÁSFOMENTO realizará a operacionalização financeira do **Programa Goiás por Elas**, através da emissão e carregamento dos valores nos cartões, configuração dos critérios e limites de utilização, bem como a prestação de contas via aplicativo - Atribuição fixada na Lei nº 13.533/99, art. 3º, parágrafo único, inciso I;

CLÁUSULA QUARTA - DOS REQUISITOS E BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA:

4.1. Programa Goiás por Elas utilizará a base de dados do Cadastro Único - CadÚnico do Governo Federal e será realizado por transferência direta de renda.

4.2. Atendidos os critérios discriminados no conjunto do art. 4º, de forma cumulativa, a mulher em situação de violência doméstica e familiar fará jus ao valor individual de benefício, será de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

4.3. Serão elegíveis ao recebimento do benefício as mulheres em situação de violência doméstica e familiar:

4.3. 1 . Em extrema pobreza, pobreza e baixa renda;

4.3.2. Residentes no Estado de Goiás;

4.3.3. Portadoras de Boletim de Ocorrência registrado pela Delegacia de Polícia Civil ou Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - DEAM; e;

4.3.4. Beneficiadas com medida protetiva de urgência.

4.4. O valor do benefício será fixado anualmente por decreto do Chefe do Poder Executivo, com base na avaliação do programa e na disponibilidade do erário.

4.5. O valor máximo a que se refere o caput deste artigo poderá ser reajustado anualmente com base no índice inflacionário oficial.

4.6. A continuidade do **Programa Goiás por Elas** será determinada anualmente por decreto do Chefe do Poder Executivo e estará condicionada à existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira.

4.7.O período de permanência no programa será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA:

5.1. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS será responsável pela gestão, fiscalização, operacionalização e pela supervisão do **Programa Goiás por Elas**, e compete a esse órgão adotar as medidas necessárias à implementação, ao acompanhamento e ao pleno funcionamento do que é proposto.

5.2. Para a operacionalização do programa será firmada a parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS e a Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIASFOMENTO, sendo que esta última atuará na qualidade de agente financeiro do programa, conforme preconizado no Art. 3º da Lei Nº 13.533, de 15 de outubro de 1999.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO BENEFÍCIO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1. Atendidos os critérios discriminados no conjunto do art. 4º, de forma cumulativa, a mulher em situação de violência doméstica e familiar fará jus ao valor individual de benefício, que poderá ser de até R\$ 300,00 (trezentos reais).

Programa: Assistência Social e Promoção da Cidadania;

1. **Ação:** Transferência de Renda Complementar - Programa Goiás por Elas
2. **Unidade:** Gabinete do Secretário de Estado de Desenvolvimento Social
3. **Valor da despesa para o exercício de 2023:** R\$ 2.400.000,00
4. **Período indicado:** Maio à dezembro/2023
5. **Fonte:** 27610156
6. **Modalidade:** 90
7. **Elemento/subelemento de despesa:** 36.11
8. **Classificação Orçamentária:** 2023.30.01.08.244.1040.2316.03

3.3.90.48.03 27610156 90

9. **Natureza Despesa:** 3.3.90.48.03
10. **Programa de Desembolso Financeiro** - PDF Nº 2023300100070
11. **Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira** Nº 0009/3001/2023
12. **Nota de empenho** Nº 00001

CLÁUSULA SÉTIMA- DA SUPERVISÃO DO PROGRAMA:

7.1. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS será responsável pela gestão, fiscalização e operacionalização do **Programa Goiás por Elas**, e compete a esse órgão adotar as medidas necessárias à implementação, ao acompanhamento e ao pleno funcionamento do que é proposto.

CLÁUSULA OITAVA - DO APORTE DE RECURSOS:

8.1. O presente ajuste possui o valor global de R\$ 3.600.000,00 conforme **Lei nº 21.812 de 14 de março de 2023**, e para o exercício de 2023 será executado o valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), a ser repassado em 8 parcelas, e correrá a conta da seguinte dotação orçamentária, podendo ser ajustado, de acordo com demanda.

8.2. Os recursos aportados ao programa deverão ser repassados e depositados em conta específica de titularidade do agente financeiro, que prestará contas à SEDS.

8.3. Os valores depositados serão administrados pela GOIÁSFOMENTO que terá direito a 50% (cinquenta por cento) dos rendimentos das aplicações, limitados a 3% a.a. (três por cento ao ano) aplicados sobre o saldo da aplicação, a ser recolhido mensalmente.

8.4. Os demais 50% (cinquenta por cento), objeto do rendimento, será revertido à SEDS ou em transferências aos beneficiários;

8.5. Serão emitidos e entregues aos beneficiários cartões magnéticos personalizados cujo crédito será repassado em parcela mensal, conforme solicitação da SEDS. O cartão conta com a função de débito ou tipo voucher e poderá ser utilizado na

rede credenciada por aproximação ou com a tarja ou qualquer outro meio de captura que se fizer necessário.

8.6. Na hipótese e emissão de segunda via do cartão magnético será cobrado do beneficiário o valor de R\$ 20,00 (vinte reais);

8.7. A responsabilidade pelo pagamento do valor de emissão da segunda via de cartões é do beneficiário, sendo assim, o recolhimento não se dará sobre o valor do benefício e nem arcado com fundo público;

8.8. O impacto orçamentário da presente despesa está devidamente previsto na Lei nº 21.760, de 29/12/2022, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2023 e na Lei n.º 20.755, de 28/01/2020, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020/2023.

CLÁUSULA NONA - DO REPASSE DOS RECURSOS:

9.1. Haverá transferência de recursos para consecução do objeto, e também aporte financeiro para os selecionados pelo **Programa Goiás por Elas**.

9.2. O repasse dos recursos ocorrerá por meio dos serviços da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS (GOIÁSFOMENTO), como agente financeiro do programa, conforme preconizado no Art. 3º da Lei Nº 13.533, de 15 de outubro de 1999.

9.3. Serão emitidos cartões magnéticos pela GOIÁSFOMENTO às beneficiárias do programa, em parcelas mensais. A Agência disponibilizará ainda as ferramentas de gestão, controle, monitoramento, fiscalização e prestação de contas das movimentações dos beneficiários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OPERACIONALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DO PROGRAMA:

10.1. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS será responsável pela gestão, pela operacionalização e pela supervisão do **Programa Goiás por Elas**, e compete a esse órgão adotar as medidas necessárias à implementação, ao acompanhamento e ao pleno funcionamento do que é proposto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO E MONITORAMENTO:

11.1 A GOIÁS FOMENTO disponibilizará ferramentas de gestão, controle e monitoramento dos gastos realizados através dos cartões magnéticos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- RESULTADOS ESPERADOS EM GOIÁS:

12.1. Com o implemento das ações do **Programa Goiás por Elas** buscamos os seguintes resultados:

1. Garantir o amparo social e financeiro às mulheres em situação de violência que estejam em vulnerabilidade social;
2. Contribuir para romper o ciclo de violência;
3. Fortalecê-las em sua necessidade econômica para a superação dos riscos sociais;
4. Desprendê-las do ciclo de violência por tirá-las da dependência econômica;
5. Garantir a segurança alimentar delas e dos filhos;
6. Desenvolver a autonomia financeira delas;
7. Fornecer-lhes segurança de renda e melhor qualidade de vida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- INTERESSES RECÍPROCOS, A RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA APRESENTADA E OS OBJETIVOS VOLTADOS AO PÚBLICO ALVO:

13.1. Haja vista que dentre as atribuições da SEDS definidas pela Lei nº 20.417 de 06 de fevereiro de 2019 estão a promoção da assistência social e de cidadania, de apoio, defesa e promoção do emprego e da renda, e de formação e qualificação pessoal visando ao emprego e a execução de atividades voltadas para a proteção aos direitos humanos, o programa segue no mesmo propósito de um dos produtos qualificados pela SEDS: Programa Assistência Social e Promoção da Cidadania- Ação: Ações Integradas de Promoção à Cidadania.

13.2. Finalmente, para ampliarmos a meta proposta, manifestamos pela consolidação do presente ajuste uma vez que fica demonstrado interesse recíproco dos partícipes, ofertando o apoio técnico- operacional para o atendimento do público alvo e na transformação da realidade social dos beneficiários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- PÚBLICO ALVO:

14.1. Serão elegíveis para recebimento do benefício mulheres em situação de violência doméstica e familiar:

- I - em extrema pobreza, pobreza e baixa renda;
- II - residentes no Estado de Goiás;
- III - portadoras de Boletim de Ocorrência registrado pela Delegacia de Polícia Civil ou Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - DEAM;
- IV - beneficiadas com medida protetiva de urgência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- METAS A SEREM ATINGIDAS:

15.1. O referido programa visa garantir atenção social e monetária às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, com a finalidade de ampará-las e romper o ciclo da violência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO DETALHAMENTO

DOS CUSTOS - RECURSOS ALOCADOS PARA A

EXECUÇÃO DO OBJETO:

16.1. Para a execução do Programa de que trata esta Lei, serão utilizados recursos oriundos do **Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS**, instituído pela Lei nº 14.469, de 16 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009 e nos termos da Lei Estadual nº 20.777/2020.

16.2. Ademais, recursos transferidos por instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, participantes de projetos de parceria com a GOIASFOMENTO ou com órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Goiás, doações de qualquer natureza de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, resultantes

dos rendimentos de aplicações financeiras e/ou resultantes de revisão de saldos não aplicados e de outras fontes poderão compor as receitas a serem aplicadas no Programa.

16.3. As despesas decorrentes do **Programa Goiás por Elas** correrão à conta de dotações orçamentárias, alocadas em ação específica da SEDS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPE NO PROGRAMA:

17.1. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS e a GOIÁSFOMENTO celebram o presente convênio para viabilizar a gestão financeira dos cartões emitidos aos beneficiários e dos recursos empregados. Para a execução do presente convênio, caberá aos partícipes implementarem ações necessárias à consecução do objeto deste instrumento, obedecida à legislação já citada, mediante as obrigações relacionadas nos subitens seguintes:

17.2. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS, em parceria com a **Agência de Fomento de Goiás S.A - GOIASFOMENTO,** concentrará todas as demandas de liberação de recursos a serem encaminhadas à GOIASFOMENTO, atuando na execução de ações para garantir o amparo social e financeiro às mulheres em situação de violência que estejam em vulnerabilidade social e contribuir para romper o ciclo de violência no Estado de Goiás.

17.3. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social realizará a gestão orçamentária e financeira do programa, com transferência de recursos para os beneficiários via GOIASFOMENTO - Competência fixada na Lei nº 20.491/2019, art. 42, inciso I, alínea “d”;

17.4. A Agência de Fomento de Goiás - GOIÁSFOMENTO realizará a operacionalização financeira do **Programa Goiás por Elas**, através da emissão e carregamento dos valores nos cartões, configuração dos critérios e limites de utilização, bem como a prestação de contas via aplicativo - Atribuição fixada na Lei nº 13.533/99, art. 3º, parágrafo único, inciso I;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA:

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social-SEDS será responsável pela gestão, operacionalização e pela supervisão do **Programa Goiás por Elas**:

18.1. A operacionalização do programa se dará por meio da transferência de recursos aos beneficiários.

18.2. O Programa utilizará a base de dados do Cadastro Único do Governo Federal e será realizado por meio de transferência de renda direta.

18.3. A mulher em situação de vulnerabilidade social receberá o auxílio mensalmente, a partir do mês subsequente a inclusão no Programa, conforme exposto no plano de trabalho.

18.4. O valor do benefício será de R\$ 300,00 (trezentos reais) para o ano de 2023.

18.5. O valor do benefício poderá ser reajustado anualmente com base no índice inflacionário oficial.

18.6. Serão emitidos cartões magnéticos pela GOIASFOMENTO, os quais serão entregues as beneficiárias pelo programa.

18.7. Serão emitidos e entregues as beneficiárias cartões magnéticos personalizados, cujo crédito será repassado em parcela mensal. O cartão conta com a função de débito ou do tipo voucher, e poderá ser utilizado na rede credenciada por aproximação ou com a tarja. Na hipótese de emissão de segunda via do cartão magnético será cobrado do beneficiário o valor de R\$ 20,00 (vinte reais).

18.8. As despesas decorrentes do **Programa Goiás por Elas** correrão à conta de dotações orçamentárias alocadas em ação específica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS.

18.9. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) repassará as informações à GOIASFOMENTO para a geração dos cartões e disponibilização dos valores.

18.10. A operacionalização dos recursos será exercida pela Agência de Fomento de Goiás S/A - GOIASFOMENTO, na qualidade de agente financeiro do programa. Os recursos aportados ao programa deverão ser repassados e depositados em contas específicas de titularidade do agente financeiro, que prestará contas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, conforme critérios definidos pelo Conselho Deliberativo.

18.11. A Agência de Fomento de Goiás disponibilizará ainda as

ferramentas para a gestão, controle, monitoramento, fiscalização e prestação de contas. A utilização dos recursos pelos beneficiários se dará exclusivamente para viabilizar a realização de despesas voltadas ao plano produtivo a eles relacionados, vinculados a investimentos, compra de insumos e benfeitorias que mantenham identidade com os projetos socioeducativos, profissionalizantes e de empreendedorismo definidos pela SEDS e encaminhados à GOIASFOMENTO. Assim, importante destacar que a utilização do recurso não é livre, não se confundindo com programas de transferência de rendas (auxílios) diretos para manutenção das famílias.

18.12. Os recursos aportados ao programa deverão ser repassados e depositados em contas específicas de titularidade do agente financeiro, que prestará contas à SEDS. Os valores depositados serão administrados pela GOIASFOMENTO que terá direito a 50% (cinquenta por cento) dos rendimentos das aplicações, limitados a 3% a.a. (três por cento ao ano) aplicados sobre o saldo da aplicação, a ser recolhido mensalmente. Os demais 50% (cinquenta por cento), objeto do rendimento, será revertido em transferências aos beneficiários ou ressarcido à SEDS mediante solicitação da mesma.

18.13. A Agência de Fomento de Goiás S/A - GOIASFOMENTO atuará na qualidade de agente financeiro do programa, conforme preconizado no Art. 3º da Lei Nº 13.533, de 15 de outubro de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPE:

19.1. Para a execução do presente convênio, caberá aos partícipes implementarem ações necessárias à consecução do objeto deste instrumento, obedecida à legislação já citada, mediante as obrigações relacionadas nos subitens seguintes:

19.2. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEDS:

1. Fazer gestão orçamentária e financeira para repasse à GOIASFOMENTO;
2. Encaminhar lista de beneficiários à GOIASFOMENTO que transferirá, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, os recursos para as beneficiárias - conforme Lei nº 20.491/2019, art. 42, inciso I, alínea “d”;

3. Fornecer à GOIÁSFOMENTO as informações e demais elementos pertinentes à execução do presente convênio, prestando os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Agência;
4. Receber o objeto em conformidade com as especificações do Plano de Trabalho e nas formas aqui definidas;
5. Fiscalizar e acompanhar a execução do convênio;
6. Notificar a GOIÁSFOMENTO quando detectadas irregularidades na execução do objeto, especificando as inconformidades;
7. Efetuar os pagamentos devidos conforme disposto neste instrumento de forma antecipada à disponibilização dos recursos aos beneficiários;
8. Comunicar à GOIÁSFOMENTO sobre a atualização dos dados cadastrais dos beneficiários;
9. Fornecer somente informações verdadeiras, claras, precisas e legítimas para os fins do convênio, respondendo por qualquer informação falsa ou incorreta que vier a fornecer à GOIÁSFOMENTO e pelos prejuízos daí resultantes;

19.3. DAS OBRIGAÇÕES DA GOIÁSFOMENTO:

1. Transferir os recursos as beneficiárias, em situação de vulnerabilidade, após requisitos necessários para enquadramento como beneficiária do programa (LEI Nº 21.812, DE 14 DE MARÇO DE 2023), conforme lista encaminhada pela Concedente;
2. Disponibilizar ferramentas (softwares) de gestão, controle, monitoramento, fiscalização, prestação de contas e transparência de todo o processo, desde os recursos recebidos da Concedente até a prestação de contas, colaborando para que, a utilização dos recursos pelas beneficiárias seja única e exclusivamente com o preconizado no art. 4º, da LEI Nº 21.812, DE 14 DE MARÇO DE 2023;
3. Disponibilizar em seu site e/ou por outros meios/ferramentas de comércio eletrônico(e-commerce), canal para que as empresas interessadas possam encaminhar um pedido para credenciamento, visando a ampliação e facilitação do número de estabelecimentos a serem credenciados, expandindo assim a possibilidade dos

beneficiários adquirirem materiais/insumos, de acordo com o nicho de atuação;

4. Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com observância do plano de trabalho;
5. Prover os serviços contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, assumindo todos os ônus e despesas relativos ao pessoal alocado para a prestação dos serviços;
6. Comunicar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social por escrito e tão logo constatado qualquer problema ou anormalidade que prejudique ou impossibilite a execução de qualquer obrigação do presente instrumento, para a adoção das providencias cabíveis;
7. Responder pelos serviços que executar, na forma da lei aplicável;
8. Confeccionar os cartões do Programa (primeira e segunda via), os quais deverão ser utilizados apenas no Estado de Goiás, respondendo pela guarda, controle e por eventual perda, furto e roubo dos cartões que estejam em sua posse até a entrega destes as beneficiárias, sendo responsável por comunicar imediatamente a SEDS sobre quaisquer desses eventos;
9. Manter, durante o prazo do convênio, todas as informações, apresentando documentação atualizada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social sempre que solicitado;
10. Comunicar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social toda e qualquer alteração de seus dados, para atualização;
11. Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária a prestação dos serviços previstos no Plano de Trabalho;
12. Prestar contas de toda a execução do convênio e fornecer todas as informações e documentos, bem como mantê-los atualizados, referentes ao Programa;
13. Em caso de rescisão ou denúncia do termo de convênio não haverá novas disponibilizações de créditos para utilização pelas beneficiárias, assegurada, contudo, a utilização dos

créditos disponíveis pelo período adicional de 3 (três) meses, após o qual os saldos ainda existentes serão cancelados;

14. Estornar o saldo existente nos cartões das beneficiárias, após o período de 90 (noventa) dias depois de disponibilizado e não utilizado;
15. Apresentar prestações de contas parciais devido os recursos serem repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das parcelas financeiras subsequentes;
16. Anexar, todos os meses, o relatório geral de beneficiárias, constando Município, CPF e saldo dos cartões juntamente à prestação de contas;
17. Credenciar os estabelecimentos que comercializam os itens as beneficiárias;
18. Dar publicidade e acesso das formas de credenciamento, objetivando atingir mais interessados ao credenciamento;
19. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do convênio, com comprovação de saldo inicial zerado;

19.3. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DOS PARTÍCIPE:

1. Os cartões serão utilizados exclusivamente em estabelecimentos relacionados ao projeto com aptidão por meio da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).
2. O valor do repasse a ser transferido pelo concedente não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer situação capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, além da observância da proporcionalidade da contrapartida, sendo sempre formalizado por aditivo;
3. Obrigatoriedade de restituição de recursos nos casos previstos na Lei 17.928/2012.

4. Assegurar o livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas concedentes e dos de controle interno e externo estadual aos processos, documentos, informações, instalações e sistemas referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por esta Lei.
5. Entregar os cartões as beneficiárias do Programa;
6. Requerer informações e quaisquer esclarecimentos aos envolvidos no Programa referentes à execução do convênio a título de prestação de contas.
7. Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, quando couber, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, inclusive de alterar o Plano de Trabalho em situações especiais nos termos do artigo 62 da Lei 17.928-2012.
8. Solicitar a apresentação de prestações de contas parciais, devido os recursos serem repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das parcelas financeiras subsequentes;
9. Prorrogar, de ofício, a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
10. Encaminhar lista de itens de consumo dos beneficiários;
11. Utilizar ferramentas (softwares) de gestão, controle, monitoramento, fiscalização, prestação de contas e transparência de todo o processo, disponibilizadas pela CONVENIENTE para análise de cada prestação de contas dos benefícios disponibilizados, colaborando para que, a utilização dos recursos pelos beneficiários seja única e exclusivamente para a execução do plano produtivo;
12. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do convênio, com comprovação de saldo inicial zerado.
13. Os saldos financeiros de recursos de repasse remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos à Conta Única do

Tesouro, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão concedente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO DESCREDENCIAMENTO DO PROGRAMA:

20.1. As beneficiárias serão descredenciadas nos seguintes casos:

1. Solicitação pessoal;
2. Superação da extrema pobreza, da pobreza e da baixa renda;
3. Descumprimento dos requisitos exigidos para o recebimento do benefício de que trata o art. 4º desta Lei e das condições de permanência no programa dispostas no art. 8º também desta lei;
4. Falta de atualização cadastral ou saída do CadÚnico; e
5. Ocorrência de falsa declaração ou fraude para a obtenção do benefício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO BLOQUEIO OU SUSPENSÃO DO AUXILIO FINANCEIRO:

21.1. O pagamento do auxílio financeiro de que trata esta Lei poderá ser bloqueado ou suspenso a qualquer tempo devido à:

21.2. Ausência de utilização do benefício em período superior a 60 (sessenta) dias e com a devolução do saldo ao agente financeiro do programa;

21.3. Solicitação da beneficiária; ou

21.4. Pressuposto de falsa declaração ou fraude para a obtenção do benefício, com a solução pendente da atuação de órgãos apuratórios competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO:

22.1. Cada participante indicará um gestor, por meio de Portaria anexo, para acompanhamento e execução do Termo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- DO PLANO DE TRABALHO :

23.1. Fará parte integrante deste instrumento, o plano de trabalho(anexo), independentemente de sua transcrição.

Parágrafo único - Caso haja interesse em ampliar as atividades inicialmente propostas no atual plano de trabalho, desde que mantida a congruência com o objeto pactuado, o interessado deverá propor as alterações a serem elaboradas em conjunto pelos partícipes, e uma vez definido será formalizado por meio de instrumento específico(termo aditivo).

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA -DA PUBLICAÇÃO:

24.1. Caberá à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social providenciar, por conta, a publicação resumida do Instrumento de Convênio e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme o artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

25.1. Para a definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho serão verificados a redução dos índices de mulheres vitimas de violência no Estado de Goiás, colaborando para desprendê-las do ciclo de violência por tirá-las da dependência econômica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS:

26.1. Constituirá encargo exclusivo da Agência de Fomento de Goiás o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da execução do convênio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA SUSPENSÃO OU RESCISÃO:

27.1. O descumprimento de qualquer das cláusulas constante

deste instrumento caracteriza motivo para suspensão deste Termo de Convênio, bem como qualquer violação à legislação.

27.2. O presente Termo de Convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento das obrigações pactuadas ou pela superveniência de norma ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda por ato unilateral mediante aviso prévio, da parte que deles desinteressar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou rescisão mediante concordância das partes a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA- DA VIGÊNCIA:

28.1. O presente convênio terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, sendo prorrogado automaticamente a cada exercício (a cada 12 meses) quando da renovação dos documentos orçamentários e financeiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO COMPROMISSO ARBITRAL:

29.1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

29.2. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

29.3. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

29.4. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

29.5. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do

litígio.

29.6. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

29.7. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

29.8. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO FORO:

30.1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), nos termos da Lei Complementar Estadual nº 144/18, e do anexo I deste termo;

30.2. O Foro da Comarca de Goiânia será o competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

31.1. Aos casos omissos, aplicar-se-á as demais disposições da Lei nº 8666/93 e alterações, assim como quando da revogação

das normas anteriores sobre licitação e contratos ocorrerá no prazo de 2 anos. Este termo passará a ser regido pelas regras da Lei nº 14.133/2021, que estabelece as regras da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

31.2. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social- SEDS desde já autoriza a Agência de Fomento de Goiás-GOIASFOMENTO a fazer pedidos dos cartões e realizar os respectivos créditos aos beneficiários durante a vigência do convênio, de acordo com as informações constantes nos arquivos encaminhados para a Agência de Fomento de Goiás-GOIASFOMENTO.

Goiânia, Maio de 2023.

Pela SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SEDS

WELLINGTON MATOS DE LIMA

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás

Pela AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A

EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO

Agência de Fomento de Goiás S.A



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON MATOS DE LIMA, Secretário (a) de Estado**, em 09/05/2023, às 16:50, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **EURIPEDES JOSE DO CARMO, Presidente**, em 10/05/2023, às 10:05, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **46566509** e o código CRC **7E5488DB**.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PARCERIAS E CONTRATAÇÕES
AVENIDA UNIVERSITARIA , Nº 609 - Bairro SETOR UNIVERSITARIO
- GOIANIA - GO - CEP 74605-010 - (62)3201-8555.



Referência: Processo nº 202310319001144



SEI 46566509

denominada "JACIREMA" situada nos subúrbios da capital, entre a Avenida Santos Dumont, que demanda ao Aeroporto, Rua 7, Rua 8 e Av. Meia Ponte

VALOR: A presente cessão de uso se dá a título gratuito.

PARTÍCIPES: O Estado de Goiás por intermédio da Secretaria de Estado da Economia CNPJ/MF nº 01.409.655/0001-80 e a RIOENG - RIO DOURADO CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA ME. CNPJ: 24.994.261/0001-32

VIGÊNCIA: duração de 60 (sessenta) meses, a partir de sua assinatura e seus efeitos jurídicos dar-se-ão a partir de sua publicação no DOE.

DATA DA ASSINATURA: 12/05/2023

Protocolo 381081

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2023

PROCESSO Nº: 202200004013999 de 18/02/2022.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 007/2023.

CONTRATANTE: Estado de Goiás, com a interveniência da SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA, representada por seu Chefe de Gabinete Danilo Caetano Soares Cardoso.

CONTRATADA: ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ Nº 01.650.167/0001-60.

OBJETO: Prestação de serviços de locação de veículos automotores com o fornecimento de equipamento específico para monitoramento de veículo em tempo real (rastreador), manutenção, limpeza, seguro e quilometragem livre para a Secretaria de Estado da Economia, pelo período de 20 (vinte) meses.

TIPIFICAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, especialmente nos casos omissos, Lei Estadual nº 17.928/12, Lei Estadual nº 18.989/15, Decreto Estadual nº 9.666/20 e Decreto Estadual nº 7.466/11 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

VALOR TOTAL: R\$ 6.399.000,00 (seis milhões trezentos e noventa e nove mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: verba nº 2023 17 01 04 122 4200 4.243 03, do vigente Orçamento Estadual, conforme Nota de Empenho Nº 00280, de 18/04/2023, fonte 15000100, no valor de R\$ 2.559.600,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e seiscentos reais), emitida pela Seção competente da Secretaria de Estado da Economia. Nos exercícios seguintes, em dotação apropriada.

VIGÊNCIA: 20 (vinte) meses, contados a partir da data da Ordem de Fornecimento/Serviço.

DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2023.

GESTOR DO CONTRATO: GLAYDSSON RODRIGUES PAIVA-Portaria SGI nº 378/2023 - ECONOMIA.

Protocolo 381084

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Extrato do Convênio nº 02/2023

Processo n.º 202310319001144

Objeto: Promover a transferência de recursos para a consecução das ações do Programa Goiás por Elas.

Valor: R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Partes: Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, CNPJ nº 08.876.217/0001-71, e a AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A, CNPJ/MF nº 03.918.382/0001-25.

Sujeição à Legislação Vigente: Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 17.928/12, com suas alterações subsequentes e demais legislações pertinentes.

Assina pela SEDS: WELLINGTON MATOS DE LIMA

Assina pela GOIASFOMENTO: EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO

Protocolo 381221

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS
Assinado digitalmente pela ABC - AGÊNCIA BRASIL CENTRAL
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 360c2fd4

atribuições legais, considerando o Requerimento SEI nº 47559343,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Guiomar A CPF nº 309.415.711-49, para responder pelo expediente de Contabilidade, da Secretaria de Estado de período de 12/06/2023 a 16/06/2023, em substituição a Ennes Pereira, CPF nº 735.000.201-78, titular do cargo, em gozo de suas férias.

Parágrafo único - Atribuir à servidora C Oliveira a gratificação Símbolo DAI-1.

Art. 2º - À Gerência de Gestão e F providências cabíveis.

GEAN CARLO CARVALHO
SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 030, de 10 de maio de

O Secretário de Estado de Comunicação atribuições legais, considerando o Requerimento SEI nº 47560459,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Lucas Diene CPF nº 013.120.616-85, para responder pelo expediente de Captação de Imagem e Arquivo, da Secretaria de Comunicação, no período de 19/06/2023 a substituição a Cristiano Borges da Silva, CPF nº titular do cargo, que estará em gozo de suas férias.

Parágrafo único - Atribuir ao servidor Francisco a gratificação Símbolo DAI-1.

Art. 2º - À Gerência de Gestão e F providências cabíveis.

GEAN CARLO CARVALHO
SECRETÁRIO

Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento

Extrato da Portaria nº 122/2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispostos no art. 67 da Lei nº 8.666/93 e nos arts. 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928, de 2012, considerando o que consta do Despacho 794/2023 de Compras Governamentais, Processo Administrativo nº 202317647001269;

e cumprindo a legislação supracitada.

Aditivo - SEDS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 02/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS, e a GOIÁS FOMENTO - AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A. mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato, representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.876.217/0001-71, com sede na Praça Pedro Ludovico Teixeira, N.º 332, Setor Central, nesta Capital, neste ato representada pelo seu titular **WELLINGTON MATOS DE LIMA**, brasileiro, RG: 742239 SSP-DF, inscrito no CPF sob o nº 372.XXX.201-34, residente e domiciliado no município de Goiânia-GO, decreto de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado nº 23.516 no dia 22/03/2021, neste ato denominada **CONCEDENTE**, e a **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, economia mista, com sede na Avenida Goiás, esq. c/ rua 01, nº 91, Centro - GOIÂNIA-GO - 74005-010, inscrita no CNPJ sob o nº 03.918.382/0001-25, doravante denominada **CONVENIENTE**, neste ato representada pelo Presidente do Conselho de Administração, **ALAN FARIAS TAVARES**, brasileiro, casado, Procurador do Estado de Goiás, portador do RG nº 3730400-SSP/GO e do CPF nº 698.383.561-15, residente e domiciliado em Goiânia-GO, e pelo Diretor de Operações, **FERNANDO RUFINO CORDEIRO VERÍSSIMO**, brasileiro, administrador, inscrito no RG nº XXX7293 DGPC-GO e CPF nº XXX.809.011-xx, de acordo com o que consta no Parecer Jurídico nº 92 71488596 no Processo Administrativo nº **202310319001144**, ajustam e acordam a celebração do presente **2º Termo Aditivo ao Convênio Nº 02/2023 (46566509)**, firmado entre o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, e a Agência de Fomento de Goiás S/A. Este tem por objeto a conjunção de esforços visando a consecução das ações do **Programa Goiás Por Elas, Lei nº 21.812, DE 14 DE MARÇO DE 2023 45717327**, consoante disposições do art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.531, de 16 maio de 2023 ; da Lei Estadual nº 17.928/12, e da Lei Estadual nº 13.533/99, firmado mediante as seguintes cláusulas e condições que as partes aceitam, ratificam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este Termo Aditivo tem por objeto **PRORROGAR** a vigência do Convênio nº 02/2023 (46566509), firmado entre o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, e a Agência de Fomento de Goiás S/A. Este tem por objeto a conjunção de esforços visando a consecução das ações do **Programa Goiás Por Elas, Lei nº 21.812, DE 14 DE MARÇO DE 2023**, por mais **12 (doze) meses**, nos termos da sua **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA-DA VIGÊNCIA**.

1.2. Adequar o convênio, e o Plano de trabalho (46561538) no tocante aos valores em compatibilidade com o estabelecido pelo Decreto nº 10.592, de 10 de dezembro de 2024 (68512535), que regulamenta a Lei estadual nº 21.812, de 14 de março de 2023 (SEI nº - v. 457173271) (68512200), na **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES no item 19.3 . DAS OBRIGAÇÕES DA GOIÁS FOMENTO** no convênio, e no **item 17.3 DAS OBRIGAÇÕES DA GOIÁS FOMENTO** do plano de trabalho:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogada a vigência do Convênio (46566509) pelo prazo de **12 (doze) meses**, a partir de **09/05/2025**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Ficam excluídos os itens 8.6 e 8.7, bem como no item 18.7, onde se lê: "18.7. Serão emitidos e entregues as beneficiárias cartões magnéticos personalizados, cujo crédito será repassado em parcela mensal. O cartão conta com a função de débito ou do tipo voucher, e poderá ser utilizado na rede credenciada por aproximação ou com a tarja. Na hipótese de emissão de segunda via do cartão magnético será cobrado do beneficiário o valor de R\$ 20,00 (vinte reais)", leia-se: "18.7. Serão emitidos e entregues as beneficiárias cartões magnéticos personalizados, cujo crédito será repassado em parcela mensal. O cartão conta com a função de débito ou do tipo voucher, e poderá ser utilizado na rede credenciada por aproximação ou com a tarja. A emissão de 2ª via de cartão ocorrerá na modalidade de cartão magnético, podendo ser solicitado pelo beneficiário, sem ônus, via aplicativo.

Acrescenta-se a cláusula 18.8: "18.8. Somente em casos específicos e após deliberação pela SEDS poderá ser solicitada a emissão de cartão virtual".

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DOS VALORES/REPASSE E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. O valor estimado para o exercício de 2025, será de **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais) referente ao exercício de 2025, conforme e nota de empenho **Empenho nº 001 70425558**, PDF Programa de Desembolso Financeiro - nº

4.2. No tocante a Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 16 da Lei Complementar n.º 101 de 04/05/2000), para o exercício de 2025.

Sequencial: 025		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Descrição	Código	Denominação
Unidade Orçamentária	3001	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Função	08	ASSISTENCIA SOCIAL
Subfunção	244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa	1044	SOMOS TODOS IGUAIS
Ação	2316	TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMPLEMENTAR - PROGRAMA GOIÁS POR ELAS
Grupo de Despesa	03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Fonte	17610156	RECURSOS VINCULADOS AO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA -
Modalidade Aplicação	90	APLICACOES DIRETAS
Valor estimado para 2025: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)		

- PDF: nº 202530010004770425475
- Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira: nº 2025,3001,084/2025 69612210
- Empenho: 70425558

4.6. DAS ALTERAÇÕES NO PLANO DE TRABALHO

19. DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO

Para alterar no Plano de Trabalho originário (46561538), as cláusulas subsequentes passarão a ter a seguinte redação:

Para o exercício de 2025 a despesa foi estimada conforme quadro abaixo

VALOR ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO DE 2025			
TIPO DE OPERAÇÃO	CONCEDENTE	CONVENIENTE	TOTAL
DESPESAS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS	R\$2.000.000,00	0,00	R\$ 2.000.000,00

* Obs: O quadro acima refere-se ao valor total estimado para o exercício de 2025, conforme previsto nos documentos orçamentários e financeiros necessários para a consecução das ações do Programa

**Em Compatibilização com a vigência máxima estabelecida pelo Decreto nº 10.592, de 10 de dezembro de 2024 (68512535).

22. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

Cada partícipe indicará um gestor, por meio de Portaria anexo, para acompanhamento e execução do Termo (68169628).

23. DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência de 12 (doze) meses, passando a vigorar a partir de09 de maio de 2025. As demais cláusulas do Plano de Trabalho do Convênio nº. 02/2023 permanecem inalteradas, desde que não colidentes com o aqui expresso.

CLÁUSULA QUARTA- DA PUBLICAÇÃO

O Concedente providenciará a publicação do extrato deste termo aditivo no Diário Oficial do Estado de Goiás.

CLÁUSULA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Convênio nº 02/2023- SEDS/GOIÁSFOMENTO e no Plano de Trabalho que não confrontem o tratado nesta oportunidade. Por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social -SEDS
Wellington Matos de Lima
Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás

Pela Agência de Fomento de Goiás S.A
Alan Farias Tavares
Presidente do Conselho de Administração

Fernando Rufino Cordeiro Veríssimo
Diretor-Presidente em substituição e Diretor de Operações

GOIANIA, 15 de abril de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RUFINO CORDEIRO VERISSIMO, Diretor**, em 15/04/2025, às 17:35, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON MATOS DE LIMA, Secretário (a) de Estado**, em 22/04/2025, às 15:01, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ALAN FARIAS TAVARES, Presidente**, em 25/04/2025, às 19:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **72211439** e o código CRC **0AE644**.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PARCERIAS E CONTRATAÇÕES
AVENIDA UNIVERSITÁRIA, Nº 609 - Bairro SETOR UNIVERSITÁRIO - GOIANIA - GO - CEP 74605-010 - (62)3201-9783.



Referência: Processo nº 202310319001144



SEI 72211439



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 052/2025 SIF

Altera o Anexo I da Instrução Normativa nº 002/19-SIF que adota valores correntes de mercadorias e serviços para efeito de base de cálculo do ICMS, referente ao grupo que especifica.

O SUPERINTENDENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997, Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, e na Portaria nº 126/19-GSE, de 14 de junho de 2019, resolve baixar a seguinte

INSTRUÇÃO NORMATIVA:

Art. 1º O grupo "LARANJA" da Pauta de Mercadorias do Anexo I da Instrução Normativa nº 002/19-SIF de 14 de junho de 2019, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta instrução.

Art. 2º Todos preços publicados passam a vigorar tanto para Operações Internas como para Operações Interestaduais.

Art. 3º O documento alterado por esta Instrução encontra-se disponível no site: <https://goias.gov.br/economia>.

Art. 4º Esta instrução entra em vigor no primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação.

GABINETE DO SUPERINTENDENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS, em Goiânia, aos 23 dias do mês de abril de 2025.

LUCIANO ALVES PESSOA
Superintendente de Informações Fiscais

ANEXO ÚNICO

CÓD.	DESCRIÇÃO	PREÇO
02992	Laranja da Ilha / Lima kg (atacado)	2,90
02988	Laranja da Ilha / Lima para Mesa CX 40,8kg (produtor / extrator)	79,20
02947	Laranja da Terra kg (atacado)	3,30
02987	Laranja da Terra para Mesa CX 40,8kg (produtor / extrator)	25,30
02990	Laranja Pera Natal (indústria) CX 40,8kg (produtor / extrator)	25,30
02982	Laranja Pera Natal CX 25kg (atacado)	54,20
02983	Laranja Pera Natal kg (atacado)	2,20
02985	Laranja Pera Natal para Mesa CX 40,8kg (produtor / extrator)	19,60
02989	Laranja Pera Rio (indústria) CX 40,8kg (produtor / extrator)	25,30
02942	Laranja Pera Rio CX 18kg (atacado)	39,80
02943	Laranja Pera Rio kg (atacado)	2,20
02984	Laranja Pera Rio para Mesa cx (produtor / extrator)	31,40
02991	Laranja Valencia (indústria) kg (produtor / extrator)	25,30
02948	Laranja Valencia kg (atacado)	1,80
02986	Laranja Valencia para Mesa CX 40,8kg (produtor / extrator)	18,10

Protocolo 531902

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO - PE Nº 006/2025 - ECONOMIA
CONTRATAÇÃO SISLOG Nº 112366
PROCESSO Nº 202500005003227

O Estado de Goiás, por intermédio da **ECONOMIA - SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **Menor Preço por lote, sem inversão de fases**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na forma do Decreto estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023. Seguem abaixo os dados da contratação:

Objeto: Fornecimento de Bens e Materiais - Aquisição de aparelhos telefônicos, Headsets, licenças e equipamentos que compõem a solução de telefonia VoIP, com finalidade de atender as necessidades de expansão e modernização de infraestrutura de telecomunicações da Secretaria de Estado da Economia de Goiás.

O valor total estimado da licitação: R\$ 692.247,71

Data e horário de início da sessão eletrônica de lances:

09:00 (horário de Brasília-DF) do dia **13/05/2025**.

Endereço eletrônico: **www.sislog.go.gov.br**.

O fornecedor interessado em participar do certame deverá ser previamente cadastrado no sistema oficial de cadastro de fornecedores do Estado. O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto e preço ofertado, até a data e horário estabelecidos para início da sessão eletrônica de lances.

Informações acerca do cadastro de fornecedores, Termo de Referência e demais documentos da contratação encontra-se disponível no site: www.sislog.go.gov.br. Maiores informações pelo telefone: **(62) 3269-2571** e/ou e-mail: gelc.economia@goias.gov.br.

ANA CRISTINA GUIMARAES MARTINS

Agente de Contratação

Protocolo 531748

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Extrato de 2º Aditivo ao Convênio nº 02/2023 SEDS.

Processo n.º 202310319001144

Objeto: 2º Aditivo ao Convênio nº 02/2023-Programa Goiás por Elas instituído pela Lei nº 21.812, de 14 de março de 2023.

Valor: R\$ 2.000.000,00(dois milhões de reais)

Vigência: 12 (doze) meses a partir de 09/05/2025.

Partes: Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, CNPJ nº. 08.876.217/0001-71 e a **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A**, CNPJ nº 03.918.382/0001-25.

Legislação Vigente: Lei Federal nº. 14.133/21 e da lei estadual nº. 17.928/12, com suas alterações subsequentes.

Protocolo 531724

Extrato de 2º Aditivo ao Convênio nº 01/2023 SEDS.

Processo n.º 202310319001134

Objeto: 2º Aditivo ao Convênio nº 01/2023 - Programa Dignidade instituído pela Lei nº 21.810, de 14 de março de 2023.

Valor: R\$ 6.000.000,00(seis milhões de reais)

Vigência: 12 (doze) meses a partir de 24/04/2025.

Partes: Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, CNPJ nº. 08.876.217/0001-71 e a **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A**, CNPJ nº 03.918.382/0001-25.

Legislação Vigente: Lei Federal nº. 14.133/21 e da lei estadual nº. 17.928/12, com suas alterações subsequentes.

Protocolo 531725

Secretaria de Estado da Cultura

PORTARIA SECULT Nº 96, DE 22 DE ABRIL DE 2025

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA**, no uso de suas atribuições legais e o disposto no Processo SEI nº 202517645000494, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores lotados na Secretaria de Estado da Cultura, conforme o Anexo Único desta Portaria, para atuar respectivamente como, Fiscal e Suplente do Termo de Descentralização Orçamentária nº 1/2025 - SECULT e dos seus aditivos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YARA NUNES DOS SANTOS



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

APOSTILA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições, **RESOLVE:**

Expedir a presente APOSTILA ao

Convênio nº 02/2023 (46566509- SEDS, celebrado entre o ESTADO DE GOIÁS, por meio desta SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL representada, neste ato, pela titular da referida Pasta, Secretária , neste ato representada por sua titular CÁSSIA RODRIGUES DE BESSA, CPF nº ***.064.041-**, Subsecretária de Governança Institucional, residente e domiciliada no município de Goiânia-GO, e a AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 03.918.382/0001-25 , conforme autoriza o art. 65, § 8º, da Lei n. 8.666/93 e os atos constantes do Processo nº.202310319001144, pelas cláusulas e condições a seguir expostas:

1 -Corrigir erro material constante na ementa e no corpo do Termo aditivo, alterando o de Segundo aditivo ao Convênio para Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 02/2023 (46566509), firmado entre o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, e a Agência de Fomento de Goiás S/A. Este tem por objeto a conjunção de esforços visando a consecução das ações do Programa Goiás Por Elas, Lei nº 21.812, DE 14 DE MARÇO DE 2023 45717327, de modo que o ementa e o corpo do Segundo Termo Aditivo passam a ter a seguintes redação:

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E a , GOIÁS FOMENTO-AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS."

2 - As demais Cláusulas do aditivo ao Termo de Convênio nº 02/2023(46566509) - SEDS permanecem inalteradas, desde que não colidentes com

o aqui expresso.

CÁSSIA RODRIGUES BESSA

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás

Via decreto (76953913)

GOIANIA - GO, aos 15 dias do mês de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **CASSIA RODRIGUES DE BESSA, Subsecretário (a)**, em 17/07/2025, às 14:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **77027374** e o código CRC **B11A534D**.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PARCERIAS E CONTRATAÇÕES
AVENIDA UNIVERSITÁRIA, Nº 609 - Bairro SETOR UNIVERSITÁRIO - GOIANIA - GO
- CEP 74605-010 - (62)3201-9783.



Referência: Processo nº 202310319001144



SEI 77027374



VALOR: Não está previsto o repasse de recursos financeiros entre os partícipes. Cada partícipe arcará com o ônus de acordo com as responsabilidades assumidas.

VIGÊNCIA: 60(sessenta) meses, a partir de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2025.

GESTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO: MAIRA CRISTINA KOCH ALVES - PORTARIA Nº 221/2025 - SGI - ECONOMIA.

Protocolo 551217

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2025

PROCESSO Nº: 202500004032922, de 14/04/2025.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 40/2024 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, oriunda da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90001/2024.

CONTRATANTE: Estado de Goiás, com a intervenção da SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA, CNPJ nº 01.409.655/0001-80.

CONTRATADA: MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 04.198.254/0001-17.

OBJETO: Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte.

TIPIFICAÇÃO LEGAL: Lei federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis.

VALOR TOTAL: R\$ 328.258,17 (trezentos e vinte e oito mil duzentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 2025 17 01 04 122 4200 4.243 03, fonte 15000100, conforme Nota de Empenho nº 0463, no valor de R\$ 328.258,17 (trezentos e vinte e oito mil duzentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos), emitida em 09/07/2025.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, para as licenças de subscrição de 12 (doze) meses (itens 11 e 13), e 36 (trinta e seis) meses, para as licenças de subscrição de 36 (trinta e seis) meses (itens 02, 04 e 16) contados após a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 16/07/2025.

GESTOR DO CONTRATO: Dayane Matias da Silva Carvalho - Portaria nº 140/2025/ECONOMIA.

Protocolo 551264

AVISO DE REQUISIÇÃO DE PROPOSTA - PREVCOM-BRC

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BRASIL CENTRAL - Prevcom-BrC, Fundação Pública de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.850.496/0001-86, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a contratação de serviços técnicos, a ser processada nos autos do Processo nº 202515844000341, visando à elaboração do Relatório Atuarial - 2025 do Plano de Benefícios Goiás Seguro - PGS, do Plano Anual de Custeio - 2026, e do Estudo de ALM - Asset Liability Management, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, da Resolução CNPC nº 43/2021, da Lei Estadual nº 19.179/2015, da Resolução CD nº 001/2017, bem como das disposições constantes no Edital de Requisição de Propostas e seus Anexos, que o integram e complementam. As propostas comerciais, acompanhadas dos documentos de qualificação e habilitação, deverão ser enviadas por correspondência eletrônica para o endereço: institucional@prevcom-brc.com.br, até o dia **30/07/2025**, conforme disposto no Edital de Requisição de Propostas nº 002/2025. O Edital e seus Anexos estão disponíveis no site: www.prevcom-brc.com.br, no menu "Requisições de Propostas".

MURILO LUCIANO SOUZA BARBOSA
Diretor-Presidente

Protocolo 551333

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Extrato de 4º Aditivo ao Convênio nº 04/2021 SEDS.

Processo n.º 202110319002795

Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto **ACRESCER**, o número de oportunidades de participantes no **Programa Aprendiz do Futuro**.

Partes: Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, CNPJ nº. 08.876.217/0001-71 e a **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S.A**, CNPJ nº 03.918.382/0001-25.

Legislação: Lei Federal nº. 8.666/1993 e da lei estadual 17.928/2012, com suas alterações subsequentes.

Protocolo 551267

Extrato 1º Termo de Apostila ao Convênio nº 02/2023-SEDS

Processo n.º 202310319001144

Objeto: Alteração do preâmbulo e do corpo do termo aditivo para corrigir erro material constante na ementa e no corpo do Termo aditivo, alterando o de **Segundo** para **Primeiro aditivo ao Convênio nº 02/2023** Goiás por elas.

Partes: Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, CNPJ nº. 08.876.217/0001-71 e Agência de Fomento de Goiás S/A, CNPJ nº **03.918.382/0001-25**.

Sujeição à Legislação Vigente: Lei Federal n. 14.133/2021 e da lei estadual n.º. 17.928/12 com suas alterações subsequentes.

Protocolo 551331

Secretaria de Estado da Cultura

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 02/2025

Processo SEI nº: 202517645001718.

Partícipe: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.746.693/0001-52.

Partícipe: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.705/0001-20.

Objeto: O presente Termo de Cooperação tem por objeto mútua cooperação para execução do Concurso Literário de Redação Bariani Ortêncio, que visa estimular a criatividade dos estudantes da rede estadual de ensino médio, com foco na Produção Textual, Cênica e Visual.

Valor: Não haverá repasse financeiro entre os partícipes deste Termo de Cooperação, somente as responsabilidades atribuídas, conforme disposto na Cláusula Terceira do Termo de Cooperação.

Vigência do convênio: indeterminado - a partir da data de assinatura.

Data de assinatura do Termo de Cooperação: 16/07/2025.

Assina pela SECULT: Yara Nunes dos Santos - Secretária.

Assina pela SEDUC: Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira - Secretária.

YARA NUNES DOS SANTOS
Secretária de Estado de Cultura

Protocolo 551091

PORTARIA SECULT Nº 128, DE 11 DE JULHO DE 2025

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelo Decreto estadual nº 10.247, de 30 de Março de 2023 e em atenção ao Processo nº 202517645001718, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores lotados na Secretaria de Estado da Cultura, conforme o Anexo Único desta Portaria, para atuarem respectivamente como gestor, fiscal e suplente ao Termo de Cooperação nº 02/2025 e dos seus aditivos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YARA NUNES DOS SANTOS